



Ministério da Cultura
Fundação Biblioteca Nacional
Diretoria Executiva

ANEXO I da Portaria ME Nº 13.400, de 6 de dezembro de 2019

Do Cargo

Nome do cargo ou função	Coordenador-Geral
Nível do cargo ou função	CCE 1.13
Órgão ou entidade	Fundação Biblioteca Nacional / Centro de Cooperação e Difusão
Requisitos Legais	Decreto nº 11.233, de 10 de outubro de 2022; Portaria FBN Nº 82, de 23 de dezembro de 2022
Requisitos Legais Específicos	O cargo não possui requisito legal específico

Das Responsabilidades

Principais responsabilidades	<p><i>Estatutárias</i></p> <ul style="list-style-type: none">I. implementar ações para a difusão do acervo da FBN e da produção intelectual documental e bibliográfica brasileira no país e no exterior;II. promover a internacionalização, cooperação e difusão da literatura brasileira;III. participar de fóruns nacionais e internacionais na área de livro, leitura, literatura e bibliotecas para a difusão da cultura nacional;IV. planejar e executar ações culturais inerentes à missão institucional da FBN no país e no exterior;V. promover a cooperação com instituições nacionais e internacionais, intrínsecas à missão institucional da FBN; eVI. propor, coordenar e implementar ações culturais, de educação patrimonial e de incentivo à leitura, no âmbito da instituição.
Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho	A atuação regencial do cargo abarca a supervisão das ações empreendidas pelas coordenações de Cooperação Institucional (CCI) e de Promoção e Difusão Cultural (CPDC).

Dos Critérios Obrigatórios

Critérios Gerais	<p>Conforme o art. 9º da Lei nº 14.204, de 2021:</p> <p>Idoneidade moral e reputação ilibada;</p> <p>Perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e</p>
-------------------------	---

	Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no <u>inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u> .
Critérios específicos	<p>Conforme Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021:</p> <p>Art. 18. Além do disposto no art. 15, os ocupantes de CCE ou de FCE de níveis 12 a 14 atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:</p> <p>I - possuir experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, quatro anos;</p> <p>III - possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>IV - ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
Dos Requisitos Desejáveis	
Formação e Experiência Desejáveis	<p>Formação acadêmicas nas áreas de Comunicação Social ou Relações Internacionais</p> <p> cursos, conhecimentos técnicos essenciais para as entregas do cargo</p> <p>3 anos de experiência profissional geral,</p> <p>3 anos de experiência gerencial na área específica do cargo, na esfera pública e/ou privada;</p> <p>3 anos de experiência gerencial na administração pública, essenciais para as entregas previstas para o cargo.</p>
Competências Desejáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação para os resultados; - Visão sistêmica; - Compartilhamento de informações e conhecimentos; - Liderança de equipes; e - Gestão de pessoas.
Competências Transversais	<ul style="list-style-type: none"> - Foco nos Resultados para os Cidadãos; - Mentalidade Digital; - Auto-desenvolvimento e Auto-gestão; - Comunicação; - Trabalho em Equipe; - Orientação por Valores Éticos; e - Visão Sistêmica
Outros Requisitos Desejáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Área de formação correlata em Comunicação Social, Relações Internacionais - Experiência na articulação com representantes de outros Poderes Públicos e de organizações privadas. - Experiência na articulação com os demais Ministérios, na formulação de projetos governamentais. - Conhecimento das políticas da área de competência da FBN.